

# VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 153 - Dezembro de 1978

## EDITORIAL

### Vitória eleitoral permite formar bloco democrático

O povo derrotou o governo em 15 de novembro e, ao fazê-lo, acelerou o processo de isolamento do regime que se desenvolve há alguns anos. No pleito majoritário, para o Senado, a Arena foi sufragada por 25% dos 46 milhões de eleitores inscritos, obtendo 34% das preferências dos que foram votar. As eleições de 78 vieram assim confirmar, de maneira inequívoca, aquilo que já era fácil perceber: a grande maioria dos brasileiros não quer, não aceita a ditadura.

De pouco adiantaram as pressões e intimidações de Geisel e Figueiredo no sentido de garantir a vitória da Arena. Mesmo impedidos de usar o rádio e a televisão, os candidatos oposicionistas puderam transmitir ao povo sua mensagem democrática, que interpretava as aspirações populares. A «lei Falcão» dificultou, mas não impediu a vitória das candidaturas oposicionistas e populares. Também não serviram de muito as propostas de «democratização» da ditadura apresentadas por Geisel ao Congresso. O povo compreendeu que o recuo do regime era resultado da resistência popular e democrática, e, derrotando o governo, mostrou que as «reformas» de Geisel não correspondem ao sentimento majoritário no país. O que o povo quer é o fim da ditadura, e isto ficou claro nas urnas.

A campanha eleitoral revelou, apesar dos obstáculos, a combatividade popular. Multiplicaram-se as iniciativas destinadas a superar na prática o conteúdo limitativo da «lei Falcão». Aumentou, conseqüentemente, o grau de consciência e de organização das massas populares. As eleições parlamentares de novembro constituíram, sem dúvida, um dos pontos culminantes na longa história da luta que o povo brasileiro vem travando pela democracia.

Geisel, Figueiredo e os porta-vozes desse regime desacreditado e minoritário podem dizer e repetir que a Arena conserva a maioria no Congresso. O povo sabe, todos sabem, que o regime sofreu uma derrota profunda e que, sem os artifícios eleitorais — sensores biónicos e aumento da representação parlamentar dos redutos arenistas —, a situação seria outra.

Mas a vitória da oposição não é suficiente para garantir um futuro democrático. Agora que a mobilização da classe operária e das

camadas populares aumentou, agora que as forças da oposição saíram revigoradas do confronto com as forças do regime, é necessário manter e aprofundar o processo de isolamento da ditadura. A mobilização alcançada pelas forças populares na campanha não deve se esgotar com o triunfo obtido nas eleições. O reforçamento do movimento operário, em particular o da classe operária, continua a ser o elemento principal capaz de garantir o êxito da luta oposicionista. E ele só poderá ocorrer na medida em que aumente a participação popular e operária no conjunto das forças democráticas, e na medida em que se desenvolvam as ações específicas dos setores populares.

É necessário, igualmente, não perder de vista a questão que continua sendo central: a da unidade das forças oposicionistas. O objetivo básico é o de derrotar o regime e substituí-lo por um regime identificado com as aspirações democráticas da grande maioria da nação. E, neste sentido, é importante preservar a unidade de cada um dos instrumentos da luta oposicionista e das forças da oposição em seu conjunto. Quaisquer tentativas que visem ao reforçamento isolado de uma parte da frente podem causar o enfraquecimento do conjunto e perturbar a marcha da luta pela democracia.

As eleições, ao mesmo tempo em que assinalaram um aumento da influência das forças oposicionistas, de modo geral, registraram a eleição ou reeleição de candidatos cujos compromissos com a luta popular e democrática são profundos. O aumento do prestígio do MDB como partido político e o reforçamento de uma corrente popular em seu interior abrem a possibilidade de formação de um bloco parlamentar democrático, que unifique as diversas correntes democráticas existentes hoje no Congresso.

A luta pela democracia pode ter, na esfera parlamentar, um de seus centros mais importantes, pois o resultado das eleições fortaleceu o MDB e ampliou o papel que o Legislativo pode ter daqui por diante. Aos espaços democráticos já conquistados, outras vitórias se seguirão. A única maneira de assegurar tais vitórias é intensificar as lutas populares e aprofundar a unidade das forças oposicionistas.

Só a unidade da oposição apressará fim da ditadura

(págs. 4 e 5)

Reforçar o papel dos sindicatos nas empresas

(pág. 3)

Discriminação contra o PCB debilita causa da democracia

(pág. 7)

BALANÇO ELEITORAL NO PROXIMO NÚMERO

LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA

## As lições de um congresso

A realização em São Paulo, de 2 a 5 de novembro último, do I Congresso Brasileiro pela Anistia foi um importante marco político na luta que trava o nosso povo pela conquista das liberdades democráticas. Marco a uma só vez de chegada e de partida, ponto alto na ascensão de um movimento irreversível, que empolga todos os setores democráticos do país e que não cessará enquanto não ver seus esforços coroados de êxito.

Marco de chegada, dissemos. De fato, para ele convergiram todos os esforços feitos em prol da Anistia, que a geografia e o tempo pareciam separar. Medindo o percurso feito, os participantes do congresso puderam constatar que aquilo que há alguns anos era o propósito corajoso de pequenos grupos transformou-se numa bandeira nacional. O Movimento Feminino pela Anistia e os Comitês Brasileiros pela Anistia estão hoje implantados em todo o país e são apoiados por todas as forças vivas da nação empenhadas na luta por um Brasil livre e democrático. Basta conferir a lista dos participantes — CNBB, OAB, SBPC, ABI, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Comissão Justiça e Paz de São Paulo, Sindicatos de Metalúrgicos de São Paulo, para não citar senão algumas das organizações presentes, sem esquecer a participação de uma numerosa delegação estrangeira — e percebemos imediatamente a amplitude e a força que adquiriu a luta pela anistia.

Do balanço do que foi feito e obtido, os congressistas, e com eles todos os que se empenham pela Anistia, puderam tirar duas lições. A primeira é a de que a palavra de ordem da Anistia ampla e geral tornou-se um importante elemento de aglutinação e mobilização no duro combate pelo fim do regime de arbítrio que impera em nosso país. A segunda, que explica a primeira, é a de que, se a Anistia suscita uma tão larga adesão, é porque ela é hoje um caminho obrigatório para a solução democrática dos problemas brasileiros. Cada vez mais, as correntes democráticas da nação sentem que ela é uma alavanca capaz de remover empecilhos ao acesso de nosso povo à democracia, à independência e ao progresso social.

Dissemos também marco de partida. Os sucessos obtidos não impediram, ao contrário, os participantes do congresso de verem as dificuldades que temos pela frente e o muito que há ainda por fazer. A luta da anistia não estando isolada do conjunto das transformações necessárias à democratiza-

ção, uma atenção especial foi dada à análise do aparato jurídico-político que cerceia e reprime as forças democráticas. A rejeição solene, pelo Congresso, da nova Lei de Segurança Nacional, seu repúdio à «institucionalização do arbítrio», as medidas nele tomadas para implementar ainda mais o movimento foram conclusões extremamente positivas e que abrem amplas perspectivas de trabalho.

Evidentemente, a ditadura tudo fará para restringir ou esvaziar o conteúdo e o alcance da anistia pela qual todos lutamos. Esperança de vida livre e democrática para o povo brasileiro, e Anistia ampla, geral e irrestrita poderá ser um golpe profundo no fascismo declinante. Daí porque temos que ser vigilantes. Vigilantes para manter a *unidade*, vigilantes para evitar todo tipo de provocação que crie pretextos de que a ditadura possa lançar mão para tentar nos esmagar, vigilantes para não ceder às facilidades de compromissos que, lançando a divisão, possam emascular nossos objetivos e diminuir a força desta causa.

Este I Congresso, fértil de ensinamentos, pleno de esperança, dará um novo impulso ao Movimento pela Anistia. Os comunistas continuarão a concorrer com todo o seu esforço para a plena vitória do movimento.

J. de Oliveira

## O Judiciário e a democracia

Participando do avanço geral das forças empenhadas em acabar com a ditadura e abrir caminho para as liberdades democráticas em nosso País, o Poder Judiciário — através de alguns de seus mais lúcidos representantes — deu, recentemente, duas provas de firmeza em face do Poder Executivo discricionário. O Executivo ainda empunha sobre a cabeça dos juizes a espada ameaçadora do A1-5, mas a toga parece reagir com vigor à ameaça. E essa reação se manifestou tanto na atitude crítica adotada pelos juristas diante da nova Lei de Segurança Nacional como na sentença proferida no julgamento da ação declaratória que caracterizou a União como responsável pela morte do jornalista Vladimir Herzog, assassinado em São Paulo, no dia 25 de outubro de 1975.

Nos últimos anos, vinham se acentuando os sintomas do profundo mal-estar que se generalizava entre os representantes do Poder Judiciário ante a crassa instrumentalização da Justiça almejada pelo Executivo. Houve absolvições de acusados em processos políticos, houve decisões do Tribunal Federal de Recursos reconhecendo o direito

dos exilados brasileiros aos passaportes que a ditadura vinha lhes negando e houve numerosas críticas da magistratura à Lei de Segurança Nacional imposta ao País em 1969. A ditadura, levando em conta a resistência oposta à lei que editara até mesmo pelos juizes militares que deviam aplicá-la, pretendeu envolver o Judiciário em suas manobras «liberalizantes», adotando uma nova Lei de Segurança Nacional, que, em geral, reduz as penas a serem impostas aos condenados. Mas o espírito crítico dos juristas não se deixou entorpecer por esse «abrandamento» e, embora reconhecessem as pequenas (mas não desprezíveis) vantagens que a nova lei apresentava em comparação com a lei anterior, numerosos magistrados e advogados não hesitaram em caracterizá-la como «antidemocrática», imbuída de «um espírito mais policial do que de Justiça». (Cf. Veja, 25-10-78).

Outra manifestação do vigor dos sentimentos antifascistas dos juristas brasileiros, atualmente, se encontra na corajosa sentença do juiz Márcio José de Moraes, proferida no processo movido por Clarice Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog. O juiz decidiu que não cabia à viúva provar que seu marido tinha sido assassinado pelos torturadores do DOI-CODI, acobertados pelo então comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Mello; Herzog, «preso ilegalmente» pelos agentes do Estado, se achava sob a responsabilidade do Estado, quando «sofreu morte não-natural». O Estado é responsável pelas ações ou omissões de seus funcionários que acarretem danos à pessoa colocada sob sua guarda. E esse princípio é tanto mais importante quanto mais graves são os indícios e as suspeitas de que houve crime de homicídio praticado contra essa pessoa.

Comentando a sentença, o presidente nacional da Ordem dos Advogados, Raimundo Faoro, observou com razão que ela marcava «a presença do Poder Judiciário no processo de abertura política». A decisão do juiz Márcio José de Moraes abre caminho para que outras vítimas da repressão e dos crimes dos agentes da ditadura busquem nos tribunais o reconhecimento dos direitos que o obscurantismo lhes roubou. E mostra, concretamente, que o Poder Judiciário poderá desempenhar um papel de excepcional importância na conquista da democracia pelas massas do povo brasileiro.

### Retificação

Per motivos alheios à vontade do camarada C. Fernandes, a transcrição de seu artigo «O presente e a futura democracia», publicado em nosso n. 150, de setembro de 1978, foi objeto de um erro da redação. Onde se lia, no último parágrafo da primeira coluna, «...é que estas forças podem evitar, sob o capitalismo, até sua superação, que as tendências autoritárias...», leia-se: «...é que estas forças podem evitar, sob o capitalismo, por longo tempo, que as tendências autoritárias...».

## Lutas confirmam necessidade de crescente inserção do operariado no combate geral pela democracia

O movimento operário, utilizando e ampliando a área de ação já conquistada, voltou a empreender em outubro e novembro últimos movimentos grevistas de grande alcance.

As vésperas do seu dissídio coletivo, os operários da FIAT, da FNB e da Krupp, em Betim (Minas Gerais), num total de 9.000 metalúrgicos, realizaram uma semana de greve. Apesar do aparato repressivo com que a ditadura tentou intimidar os trabalhadores, o movimento foi vitorioso: os patrões se viram obrigados a aceitar um acordo, com base em proposta conciliatória da Justiça do Trabalho. Os aumentos salariais conquistados não se enquadraram no dissídio do ano anterior e os operários tiveram condições de recusar a incorporação dos avanços feitos ao longo do ano nos novos percentuais obtidos.

Concluído o movimento em Betim, a greve reapareceu no Estado do Rio, na antiga Fábrica Nacional de Motores (atual Fiat-Diesel). Dos 4.000 operários da empresa, 3.000 entraram em greve por três dias.

O movimento de maior amplitude, porém, foi o dos 300.000 metalúrgicos de São Paulo (capital) e de Osasco. A maior assembleia sindical de nossa história foi então realizada: 20.000 trabalhadores participaram. As greves por aumentos salariais — vitoriosas — envolveram mais de 15.000 empresas.

No Rio Grande do Sul, por seu turno, 50.000 metalúrgicos não precisaram chegar até a greve para que o dissídio fosse resolvido através da proposta conciliatória da Justiça do Trabalho.

A importância de tais movimentos — expressa em seu grau de unidade e de participação, em sua capacidade de obter ganhos concretos — obrigou os patrões a reconhecerem de fato: A legislação anti-operária emanada do regime militar-fascista não tem sido suficiente para impedir a eclosão das greves; assim, vastos setores do empresariado se vêem obrigados a admitir o caráter paradoxal dessa legislação, um paradoxo que se expressa no fato de que o regime não mais consegue empregar os métodos brutais utilizados nos últimos 14 anos para fazer respeitar as medidas antioperárias que decretou.

Mas, afinal, quem paga a fatura? A posição do governo é a de não admitir que os aumentos sejam repassados para os preços dos produtos. Os patrões dizem que é indispensável dar aumentos, mas querem despejá-los nas costas dos consumidores. O impasse é aparente. Mesmo entre os empresários, já há quem diga o que as forças populares não se cansam de repetir há pelo menos dez anos: é preciso redistribuir a renda.

E assim vai, a partir das recentes greves, chega-se a um problema político de caráter nacional, que se refere à sociedade como um todo. Isso nos leva, em nossa análise, à

necessidade de articular o específico com o geral. Ou, em outras palavras, à necessidade de articular as reivindicações mais amplas e mais sentidas dos segmentos populares — em particular da classe operária e das massas trabalhadoras — com a luta política geral pela democratização do País.

O fortalecimento da oposição no Congresso Nacional atuará no sentido de colocar no ordém-do-dia um conjunto de questões de interesse geral, como é o caso das questões salariais e da redistribuição da renda. São questões que interessam particularmente à classe operária. E é preciso que se compreenda que tão somente com a intervenção da classe operária no cenário político será possível encaminhar as soluções que melhor atendam à maioria da população, que melhor correspondam aos interesses da Nação.

Por outro lado, cresce no próprio movimento operário e sindical a compreensão de que sua atividade — sobretudo a partir dos resultados das eleições — não pode se limitar às puras reivindicações econômicas. Na verdade, desde 1964, o movimento operário e sindical jamais deixou de levantar as grandes questões nacionais. Agora, porém, há toda uma série de mediações entre o específico e o geral que se revestem de grande importância, envolvendo problemas sociais cuja resolução só pode ser encaminhada através dos mecanismos da política organizada.

São problemas graves, como os das condições de trabalho, da prevenção dos acidentes e das doenças profissionais, do ritmo do trabalho, do código de disciplina nas fábricas, da representação dos trabalhadores nos fundos sociais arrecadados mediante recolhimento de uma parte dos seus próprios vencimentos (FGTS, PIS/PASEB, Previdência Social, etc.). Tais problemas, portanto, deverão se tornar cada vez mais objeto das lutas do movimento operário e sindical. O encaminhamento de soluções para eles requer — se se trata de fazer prevalecer os interesses dos trabalhadores — a articulação entre a atividade em cada fábrica e em cada sindicato, por um lado, e a vida política nacional, por outro.

Senão errôneo, portanto, adotar um pensamento liberal que veja as questões operárias e sindicais fora do contexto da vida política e da luta pelo fim da ditadura e que se limite à denúncia dos traços corporativistas existentes na atual estrutura sindical. Ao lado da estratégia que se afirma cada vez mais no movimento sindical, no sentido da luta pela recuperação da sua autonomia em face do Estado e dos partidos, vão se travar batalhas importantes num terreno reivindicatório ampliado, mais rico e mais complexo que o terreno imediato das lutas salariais.

Indícios de que um tal processo ganhará corpo vêm surgindo de maio para cá. Pode-se observar, por exemplo, que o eixo do

movimento tem progressivamente se deslocado dos sindicatos para as fábricas. E isso, entre outras coisas, porque as próprias direções sindicais dipostas a conduzir efetivamente a luta pelos interesses de seus associados compreenderam, em dado momento, que a única maneira de romper com a legalidade corporativista conservada pela ditadura militar-fascista era estimular a organização nas fábricas.

E o que ocorreu foi todo um processo — que desabrochou em maio e não cessou de se desdobrar a partir de então — desenvolvido fora do sistema legal da CLT, especialmente em seu capítulo V, que trata da organização dos sindicatos. Segundo a CLT, os sindicatos são diretamente subordinados ao Estado, através do Ministério do Trabalho. Ora, garantindo o controle dos sindicatos, as classes dominantes visam a controlar as fábricas.

A presença do movimento operário organizado no interior das fábricas, ao abalar este sistema e ao retirar sua eficácia, torna urgente uma mudança na legislação que venha a estabelecer a autonomia e a liberdade sindicais, sobretudo em torno de dois pontos básicos: a liberdade de contratação coletiva e o direito de greve. Uma legislação que contribua para enraizar mais o sindicato nas empresas.

Que critérios podem servir para aferirmos essa tendência? Podemos citar dois: 1) as reivindicações já vêm sendo, em grande parte, expressas ao nível das fábricas; 2) as greves, hoje, apoiando-se na organização já existente nas fábricas, não são mais articuladas primordialmente a partir da direção sindical, de tal modo que não se tornam necessárias as diferentes formas do sindicato impor a participação à categoria (piquetes, etc.).

Com isso, sem nada perder da sua importância, o papel dos sindicatos — de certo modo — se modifica. Eles tendem a deixar de ser a instância única de expressão dos interesses da classe operária; papel que lhes foi conferido pela CLT, para assumir sobretudo a função de articular as diferentes reivindicações que surgem nas bases.

Do ponto de vista da unidade do movimento operário, toda a questão consiste em estabelecer relações adequadas entre as fábricas — os embriões já existentes de comissões de empresas — e o sindicato da categoria. Trata-se de impulsionar a integração entre fábrica e sindicato, ou, mais precisamente, entre a atuação do sindicato na empresa e sua atuação ao nível da categoria e da classe, de modo geral.

Porque o risco está no isolamento, na separação dos trabalhadores das grandes empresas (cuja posição particular lhes confere um grande poder de barganha no que se refere à contratação coletiva do trabalho). Na medida em que os trabalhadores organizados das grandes empresas agissem à parte, importantes setores do sindicalismo adquiririam uma feição economicista, uma feição de sindicatos de negócios. Uma nova forma de corporativismo que levaria à perda da perspectiva da categoria e da classe. E por isso que o sindicato, hoje, adaptando-se à evolução do movimento operário, tenderá a se constituir no centro de articulação, de mediação dos diferentes impulsos reivindicatórios originários das empresas, situando-os num plano mais geral. Concretamente, na arena política e social do país.

Josimar Teixeira

## Derrotada nas urnas, a ditadura insiste em dividir os democratas

Por trás dos novos espasmos de retórica anticomunista — escamoteada ou aberta — provocados pela realização do Encontro Nacional pela Democracia, está um problema fundamental, para o qual não nos cansamos e não nos cansaremos de chamar a atenção e a ação dos democratas: o da unidade da oposição.

Todos sabem — e *O Globo* talvez melhor que a maioria, dadas suas facilidades de acesso ao «sistema» — que o encontro não foi promovido pelo Partido Comunista Brasileiro ou, mais precisamente, por sua «experiente máquina de mobilização». O jornal dos irmãos Marinho insulta mais uma vez a intelectualidade brasileira, o que não chega a ser novidade, dado que sua orientação política, expressa em seus editoriais, é um insulto cotidiano.

Mas o problema, no encontro, não era e não podia ser o Partido Comunista. O que estava em discussão eram os caminhos da luta antiditatorial. E foi justamente porque a proposta emanada do encontro preconiza a manutenção da unidade do MDB que houve certas reações de desgosto, indo da sutileza à grossura, sem deixar de passar pela costumeira histeria.

Deixemos de lado os expedientes utilizados pelos inimigos da democracia, para não lhes dar importância maior do que a que merecem, e passemos ao que é substantivo.

**Após a derrota nas urnas, os estrategistas do Planalto voltaram a concentrar seus esforços para obter a divisão da oposição.**

Após a derrota da ditadura nas urnas, os estrategistas do Planalto voltaram a concentrar seus esforços para obter aquilo que perseguem obstinadamente há muitos anos: a divisão da oposição. É muito simples: a ditadura não tem mais como recompor uma base política de sustentação. De um lado, o movimento de resistência cresceu, incorporou novos setores. Mudou substancialmente a participação da classe operária e do movimento sindical, assim como dos demais movimentos populares, na luta pela democracia. De outro lado, o «modelo» — econômico, social, político, institucional, moral — da ditadura faliu,

tornou-se indefensável, não é mais aceito por praticamente ninguém.

Então, para sobreviver, a ditadura não pode alterar a correlação de forças mediante uma combinação de emprego da violência com sedução para certas camadas da população. Suas esperanças repousam numa recomposição do «resto», isto é, do enorme conjunto das forças que não lhe são solidárias. Até aqui, o processo foi o de um ininterrupto deslizamento de forças em direção à oposição. Se o regime tivesse proposto medidas de real abertura democrática, teria interrompido este fluxo. Mas, se as propusesse, deixaria de ser o que é, e nós estaríamos tratando aqui de outros problemas. A verdade é que o movimento democrático não havia, até então, reunido forças para impor esta saída, ou seja, para acabar com a ditadura. E o que a ditadura propõe destina-se, evidentemente, a salvar a ditadura da derrocada. Como a maioria da população e a chamada opinião pública vêem as coisas assim, e não como a ditadura pretende que vejam, a tendência continua a mesma.

Nas eleições parlamentares, o que o regime conseguiu impedir (com o «pacote» de abril, a «Lei Falcão», o uso da máquina administrativa, a corrupção e os demais ingredientes) foi a criação de uma situação em que sua permanência se tornasse impossível. Ou, no mínimo, em que fosse obrigada a fazer recuos maiores. Mas não conseguiu interromper, nem muito menos inverter, a tendência geral da política brasileira. E aí está o nó do problema, o seu impasse. Para esticar sua sobrevivência — e a intangibilidade dos interesses nacionais e estrangeiros a que serve —, só lhe resta um caminho: o de usar todas as forças, todos os recursos para dividir o campo adversário, que não pára de crescer.

**A ditadura poderá empregar novamente o arbitrio e a repressão se não encontrar diante de si uma oposição sólida e ampla.**

Não estamos subestimando o uso que poderá fazer do arbitrio que lhe foi garantido pelas «reformas» de Geisel o general Figueiredo, cuja mensagem

consiste em dizer que «prende e arrebenta» quem ficar em seu caminho. Nem as novas medidas arbitrárias que poderão ser tomadas, como a da prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores para que não haja eleições em 1980. Nem tampouco as ameaças de radicalização da extrema direita do regime, sempre renovadas, e que contribuem para que o novo ditador tente se apresentar como «árbitro» ou elemento moderador. Tudo isto existe e poderá ser acionado se os detentores do poder não encontrarem diante de si uma oposição sólida e ampla.

**O regime quer evitar a tendência atual à formação de um bloco parlamentar democrático em que o MDB continue unido e a Arena sofra, cada vez mais, um processo de erosão.**

Como investir contra o bloco das oposições, estimulando sua desarticulação e, de quebra, aduiterando a análise dos resultados eleitorais? Há vários meios de fazê-lo. Encarregar o senador Portella de uma nova «missão», por exemplo (sem muitas ilusões em sua eficácia, porque os possíveis interlocutores conhecem muito bem no que deu a «missão» anterior). Trabalhar no sentido de abrir um fosso entre «autênticos» e «moderados». Estimular a corrida aos novos partidos, de tal modo que o MDB seja fragmentado. E, neste particular, sejamos claros: o que a ditadura quer não é «criar» um PTB ou um PS que pudessem se compor com o futuro governo, porque isto é simplesmente impossível. O que ela quer é estimular um processo de decomposição do MDB, de tal modo que uma minoria se encaminhe para formações trabalhistas e socialistas, enquanto uma maioria seja atraída para formações ditas «centristas», cuja razão de ser sejam as barganhas, os pequenos acordos locais, o clientelismo, e que, assim, possam ser rebocadas para compor um apoio parlamentar a Figueiredo. Ela quer evitar a tendência atual à formação de um bloco parlamentar democrático em que o MDB continue unido e a Arena é que sofra, cada vez mais, um processo de erosão.

Outra forma de perseguir o mesmo objetivo é estimular a caracterização, no novo Congresso e nas novas Assembleias Legislativas, de uma «esquerda». Primeiro, diz-se que as «esquerdas» existem. Em seguida, que elas obtiveram bons resultados eleitorais (embora não se registre um só caso de candidato que tenha se apresentado em nome delas). A receita está quase pronta. Só falta o «molho». Lembrar, como quem não quer nada, os pretensos pendoros

das «esquerdas» pelo caos, pela desordem. Registrar, desinteressadamente, como quem constata um fato evidente, que as «esquerdas» têm objetivos apocalípticos: Agora, infiltradas nos órgãos legislativos, podem colocar em prática seus planos sinistros: sedições nos quartéis, abolição de toda propriedade, urbana, suburbana e rural, etc. Com um pouco mais, sugere-se o que não se tem mais coragem de dizer: incêndios de igrejas, apelo à intervenção do exército soviético ou cubano para «esmagar a liberdade e escravizar o nosso povo», deterioração dos costumes e talvez até canibalismo.

Com bastante persistência, pode-se mesmo conseguir que alguns parlamentares passem a reagir como se fossem de fato integrantes das tais «esquerdas», como se o problema, hoje, fosse distinguir entre quem é de «esquerda» e quem não o é, na oposição. De qualquer forma, cria-se um caldo de cultura para a ação de coronéis e generais agitadores de quartéis, assusta-se forças mais impressionáveis da oposição e se prepara o estado de espírito da opinião pública. Ato contínuo, convocam-se personalidades oposicionistas para dialogar e diz-se: «Veja como está a situação. Há setores militares descontentes com a presença de comunistas (nessa altura não se fará por menos) no MDB. Nós podemos chegar a um acordo, mas é preciso que vocês condenem claramente estes elementos, patati, patatá».

### Com que objetivos se insiste em caracterizar uma presença das «esquerdas» no Parlamento?

É melhor prevenir do que tentar remediar.

Não faltam evidências dos projetos do regime para dividir a oposição.

Lutar pela democracia em nosso país, hoje, significa antes de mais nada lutar pela unidade do campo democrático, por sua crescente ampliação, por sua organização. Contrapor às tentativas divisionistas propostas concretas de ação comum, de convergência. O exemplo, como sempre, deve vir de baixo, do movimento de massas. Unidade nas lutas reivindicatórias, unidade nas grandes campanhas políticas, diálogo sem preconceitos e sem discriminações entre as diversas forças e tendências que integram o movimento geral contra a ditadura.

As forças mais influentes têm uma responsabilidade particular neste processo, dado o próprio papel que ocupam seus expoentes. Neste sentido, vale transcrever o que disse o deputado Tales Ramalho, secretário geral do

MDB, em recente entrevista: «O que sei é que o MDB tem uma responsabilidade muito grande, que é a manutenção de sua unidade. E isto vai depender não apenas da direção mas de cada um, seja do que se chama de «autêntico», seja dos outros. Porque, pertença a que corrente pertencer, pense ideologicamente da forma que pensar, cada emedebista deve ter a consciência exata de que o melhor para o Brasil, e consequentemente para o MDB, é a manutenção dessa unidade (...). O MDB defende que a única fórmula de resolver o impasse político brasileiro é a convocação de uma assembleia nacional constituinte para dar uma ordem constitucional legitimada pelo povo. O povo mesmo, por seus representantes, escolherá uma Constituição mais de acordo com a realidade brasileira. O MDB defende ainda que, para que ela seja realmente uma assembleia livre, haja antes de sua convocação uma anistia ampla, irrestrita, que concilie a sociedade nacional, para que ela própria possa deliberar sobre seus destinos. O quadro partidário seria organizado, então, de acordo com as idéias de cada um. Os comunistas se organizariam (sic) e fundariam (sic) o partido comunista; os socialistas, o partido socialista: cada um se organizaria de acordo com suas idéias, como numa democracia». E mais: o maior desafio político para o MDB, no momento, «é a defesa de sua unidade», porque sua dispersão «será um erro enorme, um erro impossível de dimensionar neste momento histórico que estamos vivendo». Se o MDB «se dividir, se fragmentar, será um erro terrível, e, a partir deste erro, muitos outros serão cometidos — e sempre em prejuízo, no meu modo de ver, de um objetivo maior, que é a reconquista do estado de direito total».

### O problema da ditadura é que a unidade contra ela é muito ampla. O nosso é manter e ampliar esta unidade.

Tem razão o Sr. Tales Ramalho, tirante o seu aparente desconhecimento do fato de que o Partido Comunista foi fundado há quase 57 anos e nunca deixou de estar organizado. O diabo, para a ditadura, é que nós podemos dizer isto, concordar inteiramente com estas afirmações do deputado Tales Ramalho, e ela não tem a menor condição de acusá-lo de pertencer ao nosso partido, de estar no «comboio» do qual nós seríamos a «locomotiva» ou, nem mesmo, de pertencer às «esquerdas». O problema da ditadura é que a unidade contra ela é muito ampla. O nosso é manter e ampliar esta unidade.

## Fim do Ato não é fim do drama

Não se pode dizer que o regime do A1-5 terá fim no dia 1º de janeiro próximo. Ele continuará sobrevivendo, transfigurado, por algum tempo ainda, graças à Lei de Segurança Nacional e às salvaguardas que a ditadura editou com o objetivo de impedir a participação democrática do povo na condução de nossa vida pública. «Tudo continua», dizia recentemente um comentarista. E nós acrescentamos: a ditadura e a luta antiditatorial.

Mas, entre os inúmeros sinais dos novos tempos que estamos vivendo, há um que exprime uma mudança de profunda importância: se, ontem, os defensores do A1-5 eram os governistas de todos os matizes e de todos os escalões, hoje eles são uma minoria crescentemente isolada, conquanto obstinada, ativa e visceralmente ligada ao poder.

Sabemos o que levou a esta mudança auspiciosa: a resistência popular e democrática encurtou o lapso de tempo em que nosso país pôde ser governado, em favor de privilégios minoritários, na base dos meros atos de força, na base da força dos Ato. E criou as condições para o desenvolvimento do movimento capaz de nos levar à substituição da ditadura que nos oprime desde 64 por um regime democrático.

O balanço deste período de 10 anos de vigência do Ato, o mais negro de nossa História, apenas começa a ser feito. De modo geral, a chamada grande imprensa nos oferece análises em que não se vê claramente a ligação entre 64 e 68, entre o golpe de 64 e o golpe dentro do golpe que foi a edição do A1-5. Embora mostre o mecanismo institucional que foi a chave, a base «legal» de todo o arbitrio: os atos decorrentes do A1-5 não são passíveis de apreciação judicial. E mostre também que continuamos institucionalmente sujeitos ao arbitrio.

Seja como for, algumas sínteses publicadas — as do *Jornal do Brasil* (Caderno Especial de 10-12-78) e o Estado de São Paulo (Caderno sobre o A1-5 publicado em 13-12-78), por exemplo — são instrumentos úteis para o estudo do período. Bons trabalhos jornalísticos, combinados a contribuições importantes, como a do procurador Hélio Bicudo, no *Jornal do Brasil*.

Já não é o caso da reportagem com que a revista *Veja* comemorou o fim próximo do Ato. A comparação do que foi publicado em *Veja* com o que se escreveu em outras publicações da mesma faixa é chocante. Não se trata, é claro, de questionar a competência profissional dos jornalistas de *Veja*. Trata-se de chamar a atenção para a orientação política que, correspondendo ao pensamento e aos interesses dos proprietários da revista, foi imposta no tratamento da matéria.

O Ato «já vai tarde, sem choro nem vela», como diz *Veja*, mas, para alcançarmos uma situação que seja substancialmente diferente dos tempos em que ela reinou, será preciso lutar com firmeza e pensar com clareza. E, uma vez liquidada a ditadura, para garantir a futura democracia, será preciso enraizar e desenvolver na consciência nacional uma concepção democrática muito mais profunda do que a traduzida na reportagem de *Veja*.

## Governo da China prejudica Vietnã

Um dos aspectos mais significativos da política exterior chinesa, no atual momento, é o das relações com a República Democrática do Vietnã. Desde há algum tempo, estas relações vêm se agravando, apesar dos constantes esforços dos dirigentes vietnamitas no sentido de encontrar caminhos que possibilitem uma solução pacífica e negociada dos problemas criados pelo procedimento agressivo da China no Sudeste asiático.

É dentro deste quadro que se situam os numerosos «incidentes de fronteira» criados e estimulados pela China, com o objetivo de aumentar os focos de tensão com o Vietnã. E, também, o apoio aberto e permanente dado pela China aos frequentes atos hostis e agressivos do Camboja em relação à República vietnamita. Há, atualmente, uma situação de guerra latente entre esses dois últimos países; e é mais do que óbvio que esta situação não poderia desenvolver-se e perdurar sem a interferência da China, que utiliza o Camboja como parte integrante de sua política antivietnamita. Ao mesmo tempo, coincidência estranha, desenvolve-se na imprensa ocidental uma forte campanha contra o Vietnã, conduzida em nome da liberdade para o povo vietnamita.

Não há, na atual conjuntura internacional, muitos governos que possam arrogar-se o direito de dar lições ao Vietnã. Não é, seguramente, o da China que poderá fazê-lo. O povo vietnamita travou uma das guerras mais longas de que a humanidade já teve notícia. O inimigo mudou, mas o objetivo continuou o mesmo: a independência nacional e a construção do socialismo. Os vietnamitas bateram-se, sucessivamente, contra as ocupações japonesa e francesa, e, depois de libertar uma parte de seu território, enfrentaram e derrotaram o imperialismo norte-americano e seus aliados internos, representados pelos governos antinacionais de Diem, Ky e Thieu. Isto tudo representou mais de 30 anos de luta e sofrimentos constantes.

Isto significa também que as tarefas de reconstrução do Vietnã são hoje complexas e extremamente difíceis. Agindo como age, a China está obstaculizando o esgotamento material do Vietnã, está colocando entraves sérios ao fortalecimento do socialismo no mundo.

Quem tem medo do Vietnã, hoje? Não são, certamente, os povos oprimidos pelo imperialismo; a estes, o Vietnã deu um exemplo. Não são, tampouco, os países capitalistas

desenvolvidos; o Vietnã não ameaça ninguém. Por que, então, a hostilidade chinesa diante do Vietnã? Porque a China não pode tolerar que a construção do socialismo se faça hoje no Vietnã dentro da preservação de uma política de paz e de distensão, e de amizade com todos os povos, especialmente os que travam a luta contra o imperialismo. Como a China também não pôde aceitar, no passado recente, que a luta de libertação do Vietnã se desse nos marcos da não submissão à sua política. Inúmeras vezes, a China paralisou ou impediu os envios de equipamento militar soviético ao Vietnã, quando passavam por seu território, ou mesmo seu espaço aéreo. Atualmente, os governantes chineses procuram perturbar a construção do socialismo no Vietnã, aliando-se, assim, aos interesses do capitalismo internacional. A solidariedade internacional ao Vietnã precisa ser reforçada, para que se torne possível isolar a política chinesa e impedir que os intentos agressivos dos governantes chineses possam materializar-se, garantindo-se o que já foi conquistado e novos êxitos para a causa da paz e do socialismo no mundo.

P. Gonçalves

## Mikoyan, último de uma geração

Com Anastas Mikoyan, falecido em outubro último aos 83 anos de idade, desapareceu o último dirigente da geração que, tendo à frente Lenin, conduziu a Revolução de Outubro de 1917.

Durante a guerra civil, Mikoyan, comissário do povo, escapou de ser fuzilado pelos contra-revolucionários. Em 1922, foi eleito para o Comitê Central do PCUS. Em 1926, suplente do Bureau Político e, em 1934, membro efetivo.

Anastas Mikoyan desempenhou um papel de grande relevo como dirigente do comércio soviético. Foi o primeiro dirigente a criticar Stalin, no XX Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956. Nos anos seguintes, deslocou sua atividade para o campo da diplomacia. Em 1962, após a «crise dos foguetes», viajou a Cuba e aos Estados Unidos, trabalhando de modo notável pela distensão internacional.

Em 1964, Mikoyan pediu demissão do cargo estafante de vice-presidente do governo soviético e foi nomeado presidente do Presidium do Soviète Supremo, ou seja, chefe do Estado soviético. Em 1965, transmitiu este cargo a Nicolai Podgorny e, no ano seguinte, pediu demissão do Bureau Político. Anastas Mikoyan figurou ainda dez anos, ao lado de outros veteranos dirigentes, no Comitê Central do PCUS. Em 1976, aposentou-se de todas as suas tarefas, após 61 anos de militância no Partido, e redigiu suas memórias.

## Lelio Basso, antifascista incansável

O desaparecimento do jurista Lelio Basso, em dezembro último, aos 75 anos de idade, representa uma grande perda para o movimento antifascista e democrático internacional.

Lelio Basso era senador independente por Roma, eleito numa lista apresentada pelo Partido Comunista Italiano. Sua estima nos meios políticos italianos foi confirmada pelo comparecimento de todos os dirigentes máximos dos partidos que compõem a atual maioria parlamentar ao seu enterro. Nos discursos pronunciados em sua homenagem, os diversos oradores relembrou suas recentes viagens ao Brasil, para participar do I Congresso pela Anistia, e ao Japão, onde se realizou o congresso pela reunificação da Coreia.

Lelio Basso era um antifascista consequente. Depois de lutar na Resistência italiana, foi secretário do Partido Socialista, que deixou depois. Teórico marxista independente, foi o grande divulgador da obra de Rosa Luxemburgo na Itália. A Fundação que tem seu nome possui a mais completa biblioteca da Itália dedicada ao movimento operário internacional. Editava a revista de teoria marxista *Problemas do Socialismo*.

Foi a primeira personalidade italiana a identificar a natureza fascista do regime brasileiro e a compreender o caráter agressivo de nossa política exterior no continente latino-americano, política que ele considerava como subimperialista. Lutou incansavelmente para denunciar as torturas e a repressão que, especialmente a partir de 1968, são a marca registrada deste regime.

Depois de presidir o Tribunal Russel sobre os Crimes da Ditadura Brasileira, foi eleito presidente do Comitê Italiano pela Anistia, país ao qual ligou boa parte de sua atividade desde 1972. Em 1976, recebeu a visita de nosso secretário geral, Luiz Carlos Prestes.

No dia de sua morte, estava sendo apresentado ao público um livro feito em sua homenagem, com contribuições de marxistas do mundo inteiro. O senador havia criado, também, a Liga Internacional pelos Direitos dos Povos. Nosso partido enviou à Fundação Lelio Basso e à sua família telegramas de condolências, onde se destaca sua inestimável contribuição de verdadeiro internacionalista à solidariedade para com a luta de nosso povo.

**LEIA, REPRODUZA  
E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA**

## 15 anos de ditadura obrigam a reaprender o que é democracia

Nos últimos dias da campanha eleitoral, a imprensa brasileira registrou um abalo sísmico em nosso mundo político. A causa de tal comoção foi o apelo feito pelo secretário geral do PCB, em nome do Comitê Central de nosso Partido, em favor dos candidatos do MDB.

A tônica que predominou no noticiário é um indicio do primitivismo que ainda caracteriza os costumes políticos em nosso país.

Os representantes mais destacados da ditadura, a começar por Geisel e Figueiredo, foram fiéis a si mesmos. Do anticomunismo sumário que lhes faz as vezes de ideologia decorre uma visão policialista da política que os leva a conceber as relações do PCB com o MDB em termos de «infiltração» ou de «manipulação». Não lhes podia ocorrer idéia mais original do que a de fabricar, com fins eleitorais, o espantinho do «comuno-emedebismo». Figueiredo, guloso, estregava as mãos e previa 40% de votos a mais para a ARENA. Até aqui, nada de surpreendente.

Aparecem, no entanto, alguns problemas que servem de desafio à reflexão e à iniciativa dos comunistas quando se examinam certas reações vindas de setores da oposição democrática. A suposição, da parte do Senador Franco Montoro, de que o apelo de Prestes tenha resultado de entendimento com o governo é simplesmente ignominiosa. Ela nos atinge profundamente, naquilo que tem sido a razão de ser do nosso combate ao longo de todos esses anos de ditadura.

Acusando-nos sem que pudéssemos responder-lhe à altura, o Senador Montoro não se comportou em relação ao PCB com a mesma coragem política que tem caracterizado sua oposição ao regime ditatorial. Nem mesmo sua situação eleitoral em São Paulo, sem dúvida solidíssima, justificaria a proeza fentada pelo Senador, de angariar votos às custas de outro espantinho, o do «comuno-arenismo». Já o Senador Brossard imputou a Luiz Carlos Prestes a intenção de «apresentar-se aos seus patrões (leia-se PCUS - NF) como uma pessoa que tivesse influido no resultado eleitoral». São numerosas as declarações de emedebistas que emprestam a Prestes o intuito de usurpar, como a mosca do carro da fábula, os méritos de vitórias alcançadas por outros. Falou-se em «barrelada com chapéu alheio» e em «vontade de tirar casquinha». Essas opiniões têm um traço comum: o desconhecimento da presença do PCB na vida política brasileira e, muitas vezes, a negação da legitimidade de sua atuação. Elas são significativas dos limites das convicções democráticas espontâneas de largos setores do liberalismo bra-

sileiro, um liberalismo que é pluralista até certo ponto, sempre disposto a recuar diante da perspectiva de presença autônoma dos trabalhadores, e em particular da classe operária, na cena política. Mas não há como negar que elas exprimem também o resultado da correlação de forças no seio da oposição, decorrente em grande medida da debilidade em que se encontra nosso Partido e das dificuldades de toda ordem que temos encontrado para estabelecermos vínculos estáveis de direção política com as massas trabalhadoras.

Felizmente, não estiveram ausentes comentários inspirados pela boa-fé e pelo senso da realidade. Ao evocá-lo, corremos o risco de repisar o óbvio, aborrecendo o leitor. Mas, vamos lá; é sempre bom lembrar.

O MDB tornou-se a expressão parlamentar de uma vasta gama de forças sociais e políticas que têm o objetivo comum de pôr fim ao regime ditatorial e de instaurar uma ordem institucional que garanta as liberdades públicas e individuais reclamadas pela maioria da Nação. Trata-se de uma frente política informal, no sentido de que sua existência não depende de entendimentos e negociações entre as forças individuais que se reconhecem nela. Fruto de uma reformulação arbitrária do sistema partidário, o MDB transformou-se, dado o caráter plebiscitário das eleições sob essa ditadura, no desaguadouro de todas as correntes democráticas que se opõem ao regime.

Ora, o PCB, que guarda sua identidade política própria, como o vem fazendo aliás ao longo dos últimos 56 anos, se inscreve entre essas correntes democráticas. E não apenas porque é uma expressão política da classe operária, a que mais foi prejudicada pela ditadura. Mas também porque nosso Partido considera que a democracia política é o terreno privilegiado, nas condições de nosso país, para a conquista e para a construção do socialismo. É claro, portanto, que Prestes jamais concitaria o eleitorado a votar na ARENA. Seu dever era o de apelar a votar no MDB, reafirmando solenemente nosso empenho em concorrer para que a ditadura sofresse uma derrota nas eleições.

Tudo isso é tão evidente, é tão «descoberta da pólvora», que houve entre os democratas quem perguntasse: não teria sido melhor se Prestes tivesse ficado calado, evitando fornecer pretextos à demagogia anticomunista da reação?

Não nos perdemos em especulações sobre a quantidade de votos que o apelo de Prestes pode ter mobilizado em favor da oposição. Achamos, isso sim, que deveríamos dar nos-

sa contribuição para despertar todas as energias ainda porventura adormecidas para que não faltasse um só voto democrático ao MDB. Se o comportamento eleitoral dos brasileiros tem alguma lógica — e a vida demonstrou que sim —, o alarido orquestrado pela ditadura foi sem consequência. Simplesmente porque não se tratava de votar pró ou contra o comunismo. O que estava em causa era o apoio a este regime ou sua condenação. Os críticos da oportunidade do apelo de Prestes sabem perfeitamente disso e, para serem consequentes com suas profissões de fé democráticas, deveriam começar por não tomar seus concidadãos por tolos, incapazes de raciocínio político.

O argumento da oportunidade pressupõe uma análise da situação atual e uma concepção da luta pela democracia que não podemos deixar de criticar. Já está em curso no país um debate sobre o conteúdo e a forma do regime democrático que sucederá à ditadura. O debate exacerbou-se e adquiriu um caráter de massas durante a campanha eleitoral. Era essa, portanto, uma ocasião propícia para sucitarmos, através do apelo eleitoral, a questão da legitimidade da ação política do PCB e da sua legalidade. Não o fizemos por interesse particularista, de seita ou de arraial: a legalidade do PCB, assim como a de todas as correntes políticas, sem discriminação, deve ser um divisor de águas entre a ditadura e a democracia. Além disso, a repressão de que é objeto o PCB empestela o clima político do país e repercute negativamente sobre a liberdade de ação de todas as correntes democráticas. Ora, a plenitude de liberdade de organização política, condição da soberania popular, não cairá do céu nem do Planalto. Ela se conquista pelo empenho político, num combate unitário que é indissociável do conjunto das lutas democráticas. Ficar de braços cruzados é dar força aos partidários da «democracia relativa».

Finalmente, o apelo eleitoral de Prestes não se limitou a insistir em elementos gerais já fixados em nossa linha política. Ele contém desdobramentos dessa linha, propostas de novos níveis de unidade de ação às demais forças democráticas, que justificavam especificamente seu pronunciamento. As previsíveis manobras ditatoriais em torno da reorganização partidária propomos responder com o fortalecimento do MDB, a partir de uma grande consagração eleitoral, como «frente unitária de combate ao arbitrio». Essa perspectiva se combina com a da constituição de «um forte bloco parlamentar democrático que, com o apoio do povo, possa contribuir para fazer avançar e tornar vitoriosa a causa da democracia em nosso País». Mais além do episódio eleitoral, propomos aos democratas avançar no caminho da unidade e da procura de novas formas de participação popular na luta pela democracia.

É sobre estas questões de fundo que gostaríamos de discutir. Quanto às injúrias, bastam as da reação. Estas são para nós um motivo de orgulho.

Nicanor Fagundes

## Buscando as convergências políticas

Dividiram-se, nos jornais, as opiniões sobre o Encontro Nacional pela Democracia. Para o *Jornal do Brasil*, «todos se mostraram de acordo com tudo que uns diziam e outros repeliam». Na *Tribuna da Imprensa*, Hélio Fernandes falava em «encontro sem debates». Já o *Jornal da Tarde* anunciava as «divergências na reunião», enquanto O *Estado de São Paulo* e O *Globo* estampavam, respectivamente, os títulos «Encontro emite notas discordantes» e «Declaração não teve consenso».

Num e noutro casos, podia-se notar um tom agressivo na apresentação do evento, uns agitando o espantinho do «monolitismo», outros partindo para a exploração das divergências. A única coisa que os une, na negação, é provavelmente a posição unitária do encontro, que propôs como palavras de ordem gerais a Anistia e a Constituinte, e pronunciou-se pela unidade e reforçamento do MDB.

Fora do pelotão, o editorial «Locomotiva que empurra», de O *Globo*, macartista e insultuoso, e o artigo de Adirson de Barros na *Última Hora* de 13.12. Fazemos questão de não misturar as coisas. O problema de A. de Barros não é de jornalismo político, é de

policialismo. Mais precisamente, de corrupção. Mas este é outro problema.

Posto à parte o anticomunismo grosseiro de uma pena alugada (e a que patrões!), não podemos deixar passar o torpe ataque à memória de Frei Tito, que é finalmente, ninguém se iluda, um ataque à Igreja católica (há outro no mesmo texto). A. de Barros segue a lógica da engrenagem de propaganda fascista. Frei Tito não era comunista nem muito menos «infiltrado», e suicidou-se na França por não poder suportar a lembrança das torturas que lhe foram aplicadas sob a direção do delegado Fleury. É tudo.

**INDEPENDENCIA.** Quanto a nós, nossa opinião é de que se tratou de uma reunião importante na vida política brasileira, pelos temas que abordou, pelas personalidades que reuniu e por suas conclusões políticas. O que talvez tenha incomodado os donos de jornais e o poder é a independência dos participantes do encontro, o fato de não comparecerem como representantes desses ou daqueles interesses particulares, muitas vezes menores, mas como cidadãos democratas.

Nenhuma das personalidades — de diferentes horizontes filosóficos, ideológicos e políticos — que aderiram ao Centro desconhece o pensamento social e as inclinações políticas de Oscar Niemeyer. No entanto, ele foi eleito presidente do Centro. Nenhum dos participantes do encontro desconhecia que ele foi convocado pelo Centro, que tem como presidente Oscar Niemeyer. Ora, ou são todos correligionários de Niemeyer disfarçados, ou se trata de homens ingênuos, «ino-

centes úteis» que estão sendo manipulados por Niemeyer (por Niemeyer, mesmo, e não pelo PCB, que não deu «instruções» ao grande arquiteto e grande brasileiro para fazer isto ou aquilo), ou se trata de outra coisa.

É de outra coisa que se trata. Todas estas personalidades reconhecem em Niemeyer o prestígio nacional e as qualidades cívicas requeridas de uma figura de proa do movimento democrático. E, para certos setores da burguesia brasileira, é insuportável que um homem como Niemeyer tenha as idéias que tem e seja coerente com elas. E que ele tenha tido a lealdade de não escondê-las. E que esta sua definição de princípios não tenha provocado nenhuma correria dos intelectuais.

O que incomoda essa gente é que a oposição resista às manobras destinadas a dividi-la. Que ela não caia na armadilha de transformar as divisões ideológicas e filosóficas em divisões políticas na luta contra a ditadura.

A verdade é que houve divergências no encontro, sim, como não podia deixar de ser. Mas elas não impedem a unidade contra o inimigo comum. A lição do encontro é simples: trata-se de ampliar a convergência, estabelecer com clareza os pontos comuns de luta que contribuirão para apressar o fim da ditadura. Não confundir o político com o ideológico. Políticos e intelectuais maduros, os participantes do encontro vão agora, certamente, buscar a ampliação e o aprofundamento da unidade.

VOZ OPERÁRIA N. 148

Cultura



Chico e sua filha Silvia

## Queremos ouvir as músicas censuradas

Não podemos deixar de manifestar nossa satisfação com a liberação das três músicas censuradas que figuram no novo LP de Chico Buarque. Ouvimos, gostamos e queremos mais.

Ao mesmo tempo, confirmamos o que, junto com milhões de brasileiros, já sabíamos: a censura é arbitrária e é também idiota. Em ser pavor patológico de tudo o que pudesse ser considerado como «mensagem subversiva», teve momentos de infinito ridículo: ouvindo certas músicas censuradas, ficamos procurando as evidências que provocaram o reflexo condicionado dos censores, mas elas não existem.

As músicas cuja divulgação fora proibida já haviam sido censuradas, isto é, foram criadas dentro de um regime de censura e repressão, adaptadas a ele. As que puderam ser concebidas num outro estado de espírito nem foram, é claro, submetidas à aprovação da censura. Ficaram na gaveta, para quando o carnaval chegar. Censurando «Cálice», «Apesar de Você» e «Tanto Mar», os censores perseguiram intenções.

Mas, atenção: havia lógica neste ridículo. E podemos discerni-la quando lembramos da brutalidade do arbítrio, da violência fascista exercida contra a cultura nacional. O ridículo é um lado da coisa. O outro lado não tem nada de engraçado. Somente depois da edição do A15, mais de 500 músicas foram censuradas. Vamos a elas. As três músicas de Chico Buarque são belíssimas e emocionantes, mas ainda representam pouco. Queremos as outras. As que estão na censura e, em seguida, as que estão nas gavetas de seus autores.

A. Barreto